

Entrevista

Paulo Gajanigo é professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense e Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF. É especialista nas áreas de Teoria Social e Estudos Culturais, nos temas: Identidade, Cultura, Democracia e Classe. Atualmente desenvolve pesquisa sobre a produção musical no período da abertura política no Brasil. É coordenador do Núcleo de Estudos da Cultura no Capitalismo Tardio - UFF e membro do Laboratório de Estudos da Cidade e da Cultura - IUPERJ.

1- Gostaríamos de conhecer você primeiramente. Como foi a sua trajetória até tornar-se professor de Sociologia da UFF?

Ainda que sempre dentro do campo das Ciências Sociais, eu nunca me estabeleci numa área de estudo e nem sob um abrigo disciplinar. Na graduação e até o mestrado eu estava mais interessado nos acúmulos que gravitam em torno da Antropologia. Por isso, fiz o mestrado em Antropologia Social, na Unicamp, continuando a pesquisa que eu tinha começado na graduação, com a orientação do espetacular e intenso Omar Ribeiro Thomaz. Omar me chamou atenção para as questões de identidade cultural, as quais persegui até o doutorado. Mas para o doutorado eu busquei o referencial da sociologia e da filosofia. Fiz no programa de Ciências Sociais da UERJ, ficando mais à vontade para as transições disciplinares. Estava interessado em compreender como a teoria marxista poderia considerar a identidade cultural, se ela se configuraria como um conceito, no sentido marxiano. Era comum no meio marxista em que frequentei a desqualificação completa desse termo, considerado, em geral e de maneira pouco reflexiva, como um termo ilusório, taxado de “pós-moderno”. Isso me dizia muito pouco, a operatividade social desse termo é forte, como podemos ver no Brasil hoje, no qual ele tem tomado uma centralidade na luta política, como elemento organizador. Foi em busca de uma compreensão marxista desse termo que fui me aproximando cada vez mais do marxismo presente nos Estudos Culturais britânicos, especialmente, de Raymond Williams. Bom, terminei a tese seguro de que os Estudos Culturais é o espaço em que posso desenvolver minhas pesquisas. Esse campo não é disciplinar. Portanto, tinha em minha mente que poderia me estabelecer tanto na sociologia como na antropologia. A oportunidade para ser professor de sociologia veio primeiro e consegui abraça-la.

2- Quais são as suas referências teóricas e como está o processo de pesquisa a respeito do processo de abertura política nos anos 1980?

A Abertura política sempre me fascinou. Minha impressão era de que 68 tinha muito mais força na organização de nosso imaginário político do que o processo de abertura. Nosso imaginário tem pontos cegos, processos que ficam meio apagados seja porque não são

convenientes para certo presente, seja porque sofrem da superestimação de outros processos. Os anos de chumbo sofrem de sobrecarga simbólica, como se diz na antropologia. Oferecem uma imagem forte e nítida da ditadura e está distante o suficiente para que não se encontre linhas de permanência no presente. É uma imagem que deixa poucos desconfortáveis, pois é o período do confronto em que cada lado está seguro da sua posição. O processo da abertura me interessa pois nos remete à forma como nosso sistema de representação política foi constituído. A longa transição, as inúmeras negociações, os ajustes em vários setores para que houvesse a democratização, são objetos que apontam diretamente para os limites de nossa democracia. Além disso, muitos dos sujeitos relevantes estão ainda em atuação.

Bom, mas o que mais me chama atenção na Abertura é que ela foi um processo muito amplo. O termo foi um organizador do período, não foi um rótulo posterior dos historiadores. Bresser-Pereira destaca isso, o termo foi uma vitória de nomenclatura da Ditadura. Foram eles que propuseram e derrotaram no campo simbólico o termo democratização. E o termo penetrou inclusive na esquerda e nos movimentos culturais. Estou interessado então nesse aspecto, na vivência afetiva da abertura, em como a abertura como imagem de um período atuou e dinamizou a vida sentimental. É uma questão típica dos Estudos Culturais, especialmente dos influenciados por Raymond Williams.

Para essa pesquisa, eu tenho me referenciado num recente campo de estudos sobre humor/clima, chamado *mood studies*. Para esse campo, é possível estudar o humor, o clima social. Eu estou buscando nesses estudos ferramentas para compreender o “clima da abertura”. Ou seja, a circulação de humores a partir da ideia de abertura.

3- Como se dá o debate a respeito da democracia nas suas reflexões?

Dado meu interesse na interface entre cultura e política, especialmente, na questão dos sentimentos como aspectos políticos, a democracia aparece também como um processo sentimental. Seguindo as indicações de Jacques Rancière que democracia não é um sistema ou certas regras mas a ameaça do imponderável, tenho olhado para as consequências sentimentais da democracia. Rancière, ao analisar a forma romance, a deriva das relações democráticas, ou seja, da possibilidade de que o outro também fale. A dispersão dos sentidos que o romance é veículo estaria no elemento democrático de não haver uma voz só para contar o que houve. Ben Highmore, figura central dos *mood studies*, fala em sentimentos democráticos. Bom, uma questão interessante, me parece, é saber se de fato podemos falar em sentimentos necessários e derivados das relações democráticas. Uma consequência dessa questão é a indissociabilidade entre política e sentimentos. Não haveria luta por mais democracia, luta pelo socialismo sem afirmações sentimentais específicas, sem uma luta sentimental.

4- Ainda que a pesquisa esteja no seu início, existem algumas conclusões parciais sobre o processo de abertura nos anos 1980?

Eu acabei de escrever um artigo, ainda não publicado, que organiza as primeiras conclusões. Basicamente, apresento e detalho como a evocação de um novo clima, um clima de abertura, foi central para a estratégia de transição proposta pelo governo Geisel. Eu argumento que a política de transição foi também uma política climática, uma política que tentou atuar no clima

social. Há inúmeras ocorrências da expressão “clima de abertura” nas falas dos líderes do governo e nos seus representantes. A oposição demorou mas entrou também nesse jogo, reivindicando o clima quando o governo fez recuos durante a transição.

5- Sua pesquisa privilegia os estudos culturais. Qual a importância dessa abordagem nessa área de estudo e no marxismo?

Sobre os estudos da abertura, acho que os Estudos Culturais ajudam a olharmos para essa dimensão sentimental do processo. Ainda que haja um campo de estudo muito consolidado sobre o período, a ideia de “clima de abertura” por exemplo, não foi devidamente tematizada. Esse olhar para os sentimentos, afetos, humores, permite avançar sobre isso.

No marxismo, os Estudos Culturais significaram uma importante atualização. Os Estudos Culturais é algo bem complexo e heterogêneo. Há significativas diferenças entre os trabalhos da primeira para a segunda geração dos Estudos Culturais de Birmingham, onde nasceu esse campo, e ainda mais na forma como nos Estados Unidos ele se desenvolveu. Mas se nos restringirmos ao trabalho da primeira geração que contava com Raymond Williams, Thompson e Hoggart, foi a primeira vez que se produziu um programa de pesquisa robusto a partir da tradição marxista usando o termo cultura. Cultura era até então um conceito estranho ao marxismo, aparecia somente no seu uso restrito de cultivo ou na proposta de Adorno e Horkheimer de indústria cultural, ou seja, como um termo negativo, a cultura como o acúmulo da indiferença – a prateleira do mercado. Mas cultura como modos de significação, práticas, era algo ausente até essa geração. Hoje me parece impossível qualquer marxista ignorar esse termo.

6- Muito se fala sobre o caráter golpista da mídia, que atua como um quarto poder. Qual o papel dessa mídia no contexto atual e quais são as impressões parciais que a sua pesquisa apontou sobre o papel da mídia no processo de abertura?

Se consideramos a importância das formações sentimentais na política, a mídia se torna ainda mais poderosa. Não se trata somente de quão inventada é uma informação veiculada na mídia, ou de quem fala e quem não fala, quem é entrevistado, etc. É fundamental o “como”. Como se constroem os fatos jornalísticos, como se configuram suas narrativas. Isso é algo já bem acumulado na análise do discurso e nos Estudos Culturais. Acredito que a mídia tem alta capacidade de influenciar no clima social. O primeiro setor a falar em Abertura depois do governo foi a mídia, especialmente as organizações Globo. A busca por constituir um clima teve impulso importante com as manchetes que já rotulavam o momento como de abertura e, por exemplo, a criação do festival de música Abertura em 1975. O governo obviamente sabia desse poder e priorizou medidas de rebaixamento da censura para criar esse novo clima.

A grande mídia brasileira atualiza constantemente nossa cultura anti-democrática. Ela é uma narradora pré-romance, para brincar com a teoria de Rancière. A possibilidade de o outro falar e dar outro sentido ao fato produz a incerteza discursiva do emissor. Não há um espaço na grande mídia em que o imprevisível seja aceito. Quando estoura uma greve, ou qualquer conflito em nossa sociedade, não há tempo e espaço na grade para que os protagonistas se expliquem, se justifiquem. Mesmo situações que parecem de confronto são altamente controladas, como é o caso das vocalizações que o jornal regional da Globo faz de demandas

de vizinhanças. Os revoltados com algum descaso da prefeitura ou outro órgão público não podem formular sua revolta por si mesmo, tem que se enquadrar nas perguntas e nos acordos mediados pelos jornalistas. O que a mídia chama de planejamento e roteiro de reportagens são também formas de se interromper processos democráticos. É isso o que as manifestações de junho de 2013 deixaram bem evidentes, as diferentes produções de sentido que não encontram eco na mídia. Há muito tempo não se via jornalistas inseguros e gaguejantes. O processo democrático é também a produção de incertezas e descontroles. O problema é que hoje os jornalistas da grande mídia voltaram a se seguir seguros, o planejamento das redações voltou a funcionar.

7- O decreto de Michel Temer que garante amplos poderes na segurança pública, mediante intervenção do Exército no Rio de Janeiro, até 31 de dezembro de 2018, deu salto qualitativo no endurecimento do regime político. Que impactos você percebe sobre a democracia no Brasil?

Não sei se é mensurável o impacto de termos figuras de uniforme militar ocupando espaços políticos. Do que li de estudiosos da área tem-se pouca certeza dos efeitos dessa intervenção. Mas o efeito simbólico e afetivo me parece certo. Temer conseguiu mobilizar a grande mídia a partir da pauta da segurança, se a pauta da segurança já tinha bastante espaço, agora ela tomou quase toda a pauta e com a cor verde-oliva. Podemos ver esse movimento como mais passo no processo de reabilitação das Forças Armadas para a arena pública.

8- Na sua opinião como seria possível avançar as conquistas democráticas dentro de um sistema político altamente hierarquizado, por raízes históricas escravistas e coronelistas, como é o caso do Brasil?

Exato, quando você me pergunta, você se refere às formas institucionais antidemocráticas e a um passado que se atualiza nas relações sociais, como o servilismo, o aristocratismo etc., indica que nossa atuação só será bem-sucedida se tiver também duas frentes. Reivindicações claras de mais direitos, instrumentos de democracia direta em conjunto com uma luta por relações sociais guiadas por valores e sentimentos democráticos. Uma parte da esquerda polariza em excesso o que seria uma política ligada às classes e outra ligada ao comportamento. O mesmo corpo que luta por direitos ligados à sexualidade é aquele que luta por melhores salários ou previdência pública. Não se trata de focos alternativos, se trata muito mais de fluxos de politização. Lukács tem uma imagem que acho elucidativa dessas conexões: “Queria desatar um só nó mas depois, quando desatei, veio toda a história”. Mas não se trata só de uma questão de interconectividade dos fenômenos, é algo também ligado ao próprio corpo, ou seja, como vitórias e derrotas e suas emoções circulam em nós e como isso influencia nossas indignações e disposições de luta.

9- Há certa comoção dos setores populares de que o retorno de Lula seria a solução diante do aprofundamento da crise social. Quais foram os avanços e limites desse modelo de desenvolvimento?

Concordo com aqueles que pensam esse período como de conciliação, de pacto social, possível a partir de uma conjuntura muito específica. O desgaste das políticas neoliberais e seus representantes, o longo processo de adequação do PT a ordem bem como de aprendizado sobre a máquina estatal, e o aumento do preço das commodities, para falar de maneira simplista. Eu vi um comício do Lula em Campos dos Goytacazes realizado no final do ano de 2017. Nada mais bonito e melancólico. Sabemos como nossa ideia de beleza também é melancólica, fundada na impossibilidade de se viver algo. Foi isso que senti. Existe um investimento melancólico no retorno de Lula. Ao fundo da fala de Lula se ouvia gritos de apoiadores do Bolsonaro, protestando contra o comício. A melancolia somada àquele ruído é para mim uma boa imagem do nosso horizonte. Como disse Safatle, os setores que fizeram o golpe não aceitarão Lula presidente e não me parece que esses setores estão receosos. Lula ainda tem uma imagem forte como pai e conciliador, mas esse espaço de conciliação não dá sinais de vida.

Sobre os avanços e limites, analisando economicamente é fácil apontar a pouca sustentação do modelo lulista quando se trata da política sobre a renda, tanto que está derretendo rapidamente, já que não tocou na lógica da acumulação. Deve-se destacar a política de investimento nos serviços públicos que leva mais tempo para ser desmontada. Mas há um aspecto que me parece uma forte herança do período lulista: a valorização do popular. A conciliação reabilitou figuras desgastadas, pois Lula emprestou seu prestígio e também deu razão à direita ao compor com figuras como Sarney, Meireles, etc. No entanto, nesse processo contraditório que é a política de conciliação, o popular ganhou destaque positivo. Suspeito que uma das consequências do lulismo foi uma autoconfiança popular, ela se dissipou de várias maneiras e, por mais que Lula não goste, ela pode ter ajudado o movimento de junho de 2013, particularmente na energia popular que detonou a mobilização. Essa, ao meu ver, é a melhor herança do lulismo, sobre a qual poderá surgir uma resposta ao avanço da direita. Nesse sentido, a luta dentro da classe trabalhadora também será entre a demanda por um salvador e a autoconfiança.

10- Qual o papel da universidade na defesa da democracia e na resistência contra a agenda de retirada de direitos que vem se impondo no último período?

A universidade pública ocupa um lugar muito curioso. É vista e atacada pela direita por ser considerada um espaço de produção de massa de esquerdistas. E tem sido fortemente questionada pela nova geração que ingressa nela por ser burocrática, antiquada, branca e elitista. Tenho muitos alunos que me colocam esse ponto com o qual, em geral, concordo. Creio que vivemos um desafio. Defender a universidade pública dos ataques com sentido privatizante e elitista e ao mesmo tempo avançar em reformas na universidade no sentido de uma maior democratização. Por isso, sempre digo aos meus alunos que a universidade é o espaço mais democrático da sociedade brasileira. E isso diz mais da pouca democracia de nossa sociedade do que sobre a universidade. Penso que de certa forma a universidade é um espaço indenizatório, a universidade acaba recebendo muitas demandas e expectativas, por ser um pouco mais aberta do que o restante da sociedade.

A universidade é, e pode ser muito mais, um espaço de enfrentamento mais favorável das práticas elitistas. Tem que ser o laboratório de novas relações sociais, tem que ser o lugar de criações, experimentalismos em que a autoridade nunca esteja confortável. Por isso, é desta nova geração sensível aos autoritarismos e elitismos que tem de vir uma nova onda democratizante dentro da universidade.

11- Para finalizar: existiria uma democracia plena a ser atingida?

Como disse, concordo com Rancière de que não há democracia como uma instituição ou procedimento. Então não haveria democracia plena. Mas sem dúvida democracia se sente e eu acredito que possamos ser sujeitos plenos de desejos democratizantes. São esses desejos que impulsionam o bom combate.